

EDITORIAL

Um balanço preliminar do movimento

Salários

A Assembléia da Adusp de 19/06 aprovou a proposta apresentada pelo Fórum das Seis na reunião de negociação de 06/06, de que, se a arrecadação do ICMS ultrapassar os R\$ 43,25 bilhões estimados pela Secretaria da Fazenda e adotados pelo Cruesp nas suas contas sobre comprometimento com salários, 88% da diferença seja destinada ao reajuste fixo, 2% para permanência estudantil, em acréscimo ao que já lhe é destinado no orçamento em execução nas universidades, e 10% para custeio. Note-se que estamos destinando para custeio o mesmo percentual adotado pelo Cruesp ao conceder o reajuste de 3,37%.

A Assembléia, portanto, rejeitou a proposta dos Reitores, que indicava, caso a arrecadação ultrapasse R\$ 43,62 bilhões (limite superior adotado pelo Cruesp), 75%, 5% e 20% para os mesmos itens. Percebemos, assim, que a nossa campanha salarial prosseguirá no segundo semestre, após importantes conquistas parciais: reajuste que contempla a inflação do período de data-base e a aceitação pelo Cruesp de reajuste fixo, que

permitirá diminuir o fosso salarial no interior das universidades. Aliás, essa foi uma das razões da deliberação de suspensão da greve na Assembléia da Adusp de 11/06.

Decretos

A outra razão que nos fez suspender a greve foi a vitória parcial, mas significativa, que o movimento conseguiu com o recuo do governador Serra ao ataque à autonomia universitária desencadeada desde o primeiro dia de seu mandato. Desde então, inconformados com esse movimento do governo Serra, que, contrário ao ideal de um Estado Democrático de Direito, centraliza ainda mais o poder no Executivo, alertávamos nossa comunidade sobre a necessidade de nos prepararmos para o enfrentamento de um período muito duro que teríamos pela frente.

A opção de governar por meio de decretos, a imposição de urgência para a tramitação do PLC nº 30/05 (São Paulo Previdência – SPPrev) e o teor do projeto do Executivo de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (LDO-2008) sinalizavam que não teríamos outro caminho a trilhar a não

ser a nossa resistência a esse conjunto de medidas de uma forma mais contundente.

Não se vislumbrava a possibilidade de diálogo, de negociação política, seja com o Executivo, seja com o Legislativo (este cada vez mais subserviente àquele) e nem sequer com o Cruesp, que adotara uma postura refratária ao debate, talvez devido a forte pressão do próprio Executivo, ocasionando na comunidade universitária uma sensação de convivência com tudo que acontecia. A posição da Reitoria da USP não era diferente, evocando até uma certa omissão diante da gravidade dos fatos, em especial dos decretos.

Esses foram os motivos centrais que levaram à ocupação da reitoria da USP pelos estudantes a partir de 03/05, à paralisação de 23/05 e à aprovação, na Assembléia da Adusp realizada nesse mesmo dia, de nossa entrada em greve.

No dia 11/6, como dissemos anteriormente, suspendemos nossa greve porque, além do ganho salarial parcial, do ponto de vista da luta contra os decretos, apesar da nossa reivindicação de revogá-los não

ter sido atendida, é notório que o Decreto Declaratório nº 1, de 30/5/07, véspera do Ato de 31/05, que juntou milhares de docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes das três universidades nas proximidades do Palácio dos Bandeirantes, por mais esquisito que possa soar, suspendeu para as universidades públicas estaduais, efeitos de normas contidas nos decretos mencionados, que ferem a autonomia universitária. Por exemplo, a continuidade de contratações e a não submissão das nossas negociações salariais à Comissão de Política Salarial do governo.

Estatuinte

A Assembléia da Adusp de 19/06 aprovou também a constituição de uma Comissão Paritária formada por estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores – todos indicados por assembleias de suas categorias – para amadurecer a discussão sobre o processo de Estatuinte, com ampla divulgação nas unidades e campi, e a possibilidade de organização do V Congresso da USP, tendo como pauta única a Estatuinte, no

qual seriam definidas as diretrizes do novo Estatuto.

A Assembléia aprovou também o encaminhamento ao Conselho Universitário de proposta de que a reformulação estatutária seja feita por uma Assembléia Estatuinte – convocada exclusivamente para esse fim – e constituída por estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores, eleitos em cada unidade de modo proporcional.

Continuidade do movimento

Fica claro que temos muitos motivos para a continuidade do movimento e da luta: ampliação de recursos para a educação pública na LDO/2008, conquista do reajuste fixo de R\$ 200, democratização da universidade por meio da Estatuinte, acompanhamento dos acontecimentos relacionados à ocupação da reitoria, que caminhava para a desocupação quando este Informativo estava sendo elaborado, manutenção do vínculo do Centro Paula Souza à Unesp e aumento de seus recursos, dentre outros. Vários desses temas serão debatidos em nossa assembleia de 27/06. Não deixe de comparecer!

Assembléia Geral da Adusp

27/6, 4ª-f, 17h30, no Aud. da Fac. de Educação - Bloco B

Pauta: Estatuinte e continuidade do movimento

Justiça rejeita liminar, mas aponta inconstitucionalidade dos decretos

O desembargador Palma Bisson, do Tribunal de Justiça de São Paulo, negou o pedido de liminar da Ação Direta de Inconstitucionalidade, Adin, impetrada pela bancada do Partido dos Trabalhadores, PT, na Assembleia Legislativa (Alesp), que questionava os decretos 51.460 e 51.461 do governador José Serra. O primeiro altera a denominação de Secretaria de Turismo para Se-

cretaria de Ensino Superior e o segundo organiza e atribui funções à essa secretaria recém criada.

Ao justificar sua decisão, porém, o desembargador afirma que a Adin é “deveras cabível”, pois “somente por lei da iniciativa do governador, portanto via Assembleia Legislativa, vale dizer, mediante obrigatória observação do processo legislativo, podem ser criadas e extintas Secreta-

rias de Estado”, o que não é o caso da Secretaria de Ensino Superior, criada por decreto, e rejeita a tese de que se tratou apenas de uma mudança de nomes, de Secretaria de Turismo para Secretaria de Ensino Superior, já que para ele as pastas “diferem uma coisa da outra como a água do vinho, evidentemente.”

Bisson argumenta que negou a liminar em razão do Decreto Declaratório nº 1,

assinado pelo governador Serra em 30/05, que teria esvaziado a real utilidade da Secretaria de Ensino Superior, deixando de existir, na questão, urgência que justificasse a liminar.

Negada a liminar, a Adin será agora julgada em seu mérito pelo colégio de desembargadores do Tribunal de Justiça e, caso o julgamento aponte para a inconstitucionalidade da

Secretaria de Ensino Superior, hipótese que, segundo o parecer de Bisson, “não é exatamente remota”, tal Secretaria seria extinta.

Anteriormente, o Partido Socialismo e Liberdade, PSOL, também havia entrado com uma Adin contra os decretos do governador e, da mesma maneira, teve o pedido de liminar negado pelo mesmo desembargador Bisson.

Acaba ocupação da reitoria

Por volta das 18h do dia 22/06, estudantes e funcionários desocuparam o prédio da reitoria da USP, pondo fim à ocupação que já durava mais de 50 dias. A desocupação foi deliberada nas assembleias das duas categorias, que optaram por aceitar um termo de compromisso negociado junto à reitoria da USP, Suely Vilela.

No termo, a reitora aceita parte das reivindicações estudantis, como a garantia de não punição por atos relacionados à greve e à ocupação, o apoio à realização do V Congresso da USP, a ampliação da moradia estudantil em 334 vagas, e o funcionamento do ônibus circular e do restaurante central aos fins de semana, exigindo como contrapartida a desocupação do prédio ainda no dia 22/06.

O termo foi resultado da intermediação dos professores István Janesó (IEB), João Hansen, Paulo Arantes e Francisco de Oliveira (FFLCH), e Luis Renato Martins (ECA) que atuaram como facilitadores na negociação.

A desocupação só foi levada a cabo depois da assinatura do termo pela reitora, e foi marcada por um ato festivo.

Nos dias 29, 30 e 31 de maio último, em meio à greve de docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes, realizaram-se as eleições para renovação da Diretoria e de parte do Conselho de Representantes (CR) da Adusp. Para a Diretoria, votaram 519 docentes. A chapa Participação, liderada pelo professor Otaviano Helene, do Instituto de Física, recebeu 487 votos. Houve 36 votos em branco e 8 votos nulos.

A nova Diretoria da Adusp, que toma posse no dia 29 de junho, tem ainda na sua composição os professores César Augusto Minto (FE), 1º vice-presidente; Marco Antonio Brinati (EP), 2º vice-presidente; Carla Roberta de Oliveira Carvalho (ICB), 1ª secretária; Marcos Nascimento Magalhães (IME), 2º secretário; Marcelo Luiz Pompêo (IB), 1º tesoureiro; Suzana Salem Vasconcelos

(IF), 2ª tesoureira; e os diretores regionais Demóstenes Ferreira da Silva Filho (Esalq), de Piracicaba; Sérgio Paulo Amaral Souto (FZEA), de Pirassununga; José Marcelino de Rezende Pinto (FFCLRP), de Ribeirão Preto; Ozírde Manzo-

li Neto (ICMC), de São Carlos.

Houve eleições para o CR em 12 unidades, cujos resultados são apresentados a seguir. Como ainda há várias unidades sem representante, é intenção da Diretoria convocar eleições no 2º semes-

tre, para tentarmos eleger representantes no maior número de unidades possível.

Eleição para o CR

Os novos membros do Conselho de Representantes são os seguintes:

Unidade	Titular	Suplente
Instituto de Física de São Carlos		Esmerindo de Sousa Bernardes
Faculdade de Educação	Rubens Barbosa de Camargo	Maurilane de Souza Bicas
Faculdade de Medicina SP	Renata Hyde de Hasue Vilbor	
Instituto de Geociências	Elaine A. Del Lama	
Escola de Comunicações e Artes	Dilma de Melo Silva	Nair Yumiko Kobashi
Instituto de Psicologia	Marcelo Afonso Ribeiro	Ianni Regia Scarcelli
Faculdade de Medicina RP	Guilherme de Araujo Lucas	Angela Kaysel Cruz
FZEA	César Gonçalves de Lima	Andrés Vertik
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras RP	Teise de Oliveira G. Garcia	Elizabeth Spinelli Oliveira
ESALQ	José Leonardo de M. Gonçalves	Carmen Lúcia Rodrigues
Instituto de Química de São Carlos	Sérgio Paulo Campana Filho	Benedito dos Santos Lima Neto
Escola de Engenharia de São Carlos	Miguel Buzzar	

Cerimônia de Posse da Diretoria da Adusp
29 de junho, sexta-feira, às 18 horas
Anfiteatro Luiz R. Trabulsi, ICB 3 - Av. Prof. Lineu Prestes, 2415

PLC30 agora é lei

A Adusp, bem como as demais entidades do Fórum das Seis e do funcionalismo estadual, denunciou, ao longo dos últimos anos, o desmonte do sistema previdenciário, inclusive e, em especial, o dos servidores públicos paulistas.

A Adusp esteve presente, também, em reuniões e manifestações que ocorreram durante todo o processo. Essas lutas, no caso paulista, forçaram o Executivo a retroceder em alguns pontos, como, por exemplo, a exclusão sumária de mui-

tos servidores estaduais do sistema previdenciário. Apesar das vitórias do movimento, o PLC 30, agora Lei Complementar 1010, sancionado pelo governador em 1º de junho, e o PLC 31, ainda aguardando sanção, merecem muita atenção de nossa parte, pois reduzem direitos, podem criar vários problemas e levantam muitas dúvidas. Algumas dessas dúvidas e questões são:

- A LC 1010 adapta a legislação paulista a Lei Federal 9717, de 1998, que proíbe o pagamento de aposentadorias àqueles que

não são titulares de cargos efetivos. Assim, restam dúvidas de como ficarão as aposentadorias dos precários, tanto os da ativa como os já aposentados.

- Os ingressantes no serviço público após 2003 terão um teto de aposentadoria de R\$ 2894, apesar de estarem contribuindo com 11% do salário integral. A LC 1010 não especifica como será regularizada essa situação. Entretanto, ao criar um 'cadastro individualizado', onde constará os 'valores (...) acumulados de contribuição', indica que a SPPrev, se-

guindo o modelo neoliberal, será complementada por um sistema previdenciário por capitalização. É necessário saber quando e como o sistema será complementado.

- A LC 1010 afirma que os benefícios pagos pela SPPrev serão computados, para efeito de cumprimento de vinculações constitucionais, como gastos no setor de origem dos inativos. Por exemplo, isso significa considerar despesas previdenciárias como gastos com educação, sepultando na prática a destinação constitucional de um percentual fixo da arrecada-

ção para educação, o mesmo acontecendo com a saúde.

- O PLC 31, já aprovado e aguardando sanção do governador, reduz em até 30% o valor da pensão aos dependentes de servidor falecido. Além disso, reduz também sua abrangência, reduzindo as idades máximas para que dependentes possam receber benefícios.

Essas e outras questões deverão estar na nossa pauta de luta. A Adusp, inclusive por meio de um grupo de trabalho específico, deverá acompanhar os desdobramentos dos PLCs aprovados.

Após ato unificado, estudantes protestam contra Secretaria de Ensino Superior

Na tarde de 15/6, o funcionalismo público estadual realizou um ato unificado contra as políticas do governador José Serra, reunindo cerca de 2 mil manifestantes no vão livre do Masp. Estavam presentes professores dos ensinos fundamental e médio, servidores da Saúde e docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza, além de representantes da Apeoesp, Sindsaúde, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), CUT, Conlutas e Intersindical, bem como das entidades que compõem o Fórum das Seis.

O presidente da Adusp, professor César Minto, discursou pedindo unidade na luta contra o projeto político do governo estadual, expresso no pacote de decretos, na criação da SPPrev, e no projeto de lei de diretrizes or-

çamentárias enviado à Alesp por Serra: "Para enfrentar esse conjunto de políticas anti-sociais nós temos que ter cada vez mais unidade. É preciso que todos os esforços estejam voltados para o trabalho conjunto das nossas entidades, dos partidos que nos representam e das centrais sindicais"

Por volta das 16h, estudantes e funcionários das universidades públicas paulistas deixaram o vão livre do Masp para seguir em passeata até a Secretaria de Ensino Superior, no centro de São Paulo. Os outros setores presentes continuaram sua manifestação no vão livre, encerrando-a logo depois.

Contra Pinotti

A passeata foi acompanhada desde o início por cerca de 200 homens da Polícia Militar. Ainda na Avenida Paulista, a PM utilizou, por diversas vezes, spray de pimenta contra

os manifestantes, na tentativa de liberar uma faixa para a circulação de veículos.

No caminhão de som, Camila Lisboa, estudante da Unicamp e representante da Conlute (Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes), justificou o ato: "Mesmo com o decreto declaratório, nosso movimento entende que o ataque à autonomia universitária continua, e a prova disso é esse prédio para onde nós estamos nos dirigindo, a Secretaria do Ensino Superior".

Ao chegar ao seu destino, a passeata encontrou o prédio ainda ostentando a placa da extinta Secretaria de Turismo (de quem a Secretaria de Ensino Superior herdou o espólio), e cercado por uma barreira policial. Os manifestantes permaneceram no local por cerca de duas horas, realizando ali um ato de protesto contra o secretário Pinotti e a repressão policial.

Fim dos contratos precários?

O recente ofício circular do Gabinete da Reitora, de 18/06/07, informando sobre a abertura da "6ª Etapa do Programa de Apoio aos Concursos Públicos para provimento de Cargos de Professor Doutor" responde, pelo menos em parte, a nossa luta histórica pela regularização dos contratos precários. Essa abertura de concursos para professores contratados, "com qualquer tempo de serviço na USP", deverá reduzir a quantidade de contratos precários de trabalho que impõem constrangimentos aos colegas pela instabilidade empregatícia, pelo possível comprometimento da liberdade de trabalho acadêmico, pelo risco de terem seus direitos previdenciários prejudicados, além de ferir a Constituição Brasileira.

O referido ofício diz que "a Unidade/Órgão deverá publicar até o dia 10/09/07, o Edital de Abertura do Concurso Público no D.O.E. e o certame só terá prosseguimento se houver Professor Doutor ou Associado contratado na Unidade/Órgão inscrito no referido concurso." Ainda diz que "em caso de não prosseguimento do concurso... o respectivo processo deverá

ser encaminhado ao Gabinete da Reitora para exame e adoção das medidas administrativas indispensáveis visando ao atendimento das necessidades da Unidade/Órgão."

A abertura de tais concursos representa um significativo avanço no sentido de eliminar esse tipo de contratos da USP. No entanto, há pelo menos quatro questões a serem esclarecidas:

1. Haverá garantia de vaga para o professor com contrato precário aprovado no concurso mas não indicado para ocupar o cargo?

2. Haverá garantia de vaga para o professor que não se submeta ao concurso dentro das datas estabelecidas?

3. Será de fato viável, conforme afirma o ofício, interromper o prosseguimento do Concurso Público, após o término do prazo de inscrições, caso não haja candidatos contratados na Unidade/Órgão?

4. Como fica a situação de mestres e auxiliares de ensino contratados que ainda não concluíram seus doutoramentos?

A diretoria da Adusp encaminhou ofício à reitoria solicitando tais esclarecimentos.

Cronologia do movimento

1º/01 O governador José Serra assina os decretos 51.460, que cria a Secretaria do Ensino Superior (substituindo a Secretaria de Turismo) e transforma a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico em Secretaria de Desenvolvimento (à qual passam a subordinar-se a Fapesp e o Centro Paula Souza); e 51.461, que organiza a Secretaria do Ensino Superior e prioriza a “pesquisa operacional”. O decreto 51.461 também altera a composição do Cruesp, acabando com o rodízio de reitores na sua presidência, que passa a ser um cargo privativo do Secretário de Ensino Superior.

02/01 Serra assina o decreto 51.471, suspendendo por tempo indeterminado todas as contratações na administração pública estadual.

24/01 Em artigo na *Folha de S. Paulo*, Alcyr Pécora e Francis Foot Hardman, docentes da Unicamp, protestam contra o ataque à autonomia universitária.

26/01 O secretário de Ensino Superior publica artigo na *FSP*, em resposta aos professores da Unicamp.

31/01 Diante da indignação generalizada da comunidade acadêmica (excetuando-se a administração da USP, que se manteve calada), Serra recua no tocante à composição e direção do Cruesp: emite novo decreto, 51.535, que restabelece o rodízio de reitores na presidência desse órgão.

1º/02 O reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, publica artigo contra os decretos, na *FSP*.

05/02 “Sai Lembo, entra Serra. Ocaso e alvorada preocupantes”, editorial do *Informativo Adusp* 229, comenta veto do ex-governador à LDO 2007 e a saraivada de decretos de Serra.

09/03 Serra assina o decreto 51.636, obrigando as universidades a publicar em tempo real a execução orçamentária no Siafem-SP.

14/03 Serra assina o decreto 51.660, que cria a Comissão de Política Salarial, responsável por estabelecer diretrizes para a política salarial em toda a administração pública estadual.

27/03 O Conselho Universitário da Unicamp manifesta seu “completo desacordo” com os decretos de Serra.

11/04 Os professores César Minto (Adusp), Milton Vieira do Prado (Adunesp) e Mauro Dias da Silva (Adunicamp) publicam na *FSP* artigo intitulado “Autoritarismo e fragmentação da educação”.

17/04 O Fórum das Seis define pauta unificada, reivindicando, entre outras coisas, a revogação dos decretos, reajuste salarial de 3,15% mais incorporação de parcela fixa (de R\$ 200, no caso dos docentes em RDIDP), e mais verbas para a educação pública no estado de São Paulo.

03/05 A assembleia da Adusp delibera: paralisação e ato unificado com o funcionalismo no dia 10/5. Estudantes ocupam a Reitoria da USP.

08/05 Primeira reunião entre os estudantes e a reitora Suely Vilela.

10/05 Fórum das Seis e Cruesp se reúnem, mas os reitores não fazem proposta alguma, argumentando que ainda não haviam recebido os dados da arrecadação do ICMS do governo estadual. Funcionalismo estadual promove ato unificado no Masp.

15/05 Assembleia da Adusp delibera: Ato na Assembleia Legislativa (Alesp), contra o SPPrev, em 17/5, e Paralisação em 23/5.

16/05 Estudantes e funcionários da USP entram em greve. Suely Vilela pede na justiça a reintegração de posse da Reitoria.

17/05 Fórum das Seis promove ato na Alesp, pela retirada do PLC 30, que institui a São Paulo Previdência (SPPrev).

23/05 Assembleia da Adusp aprova greve com início imediato. Fórum das Seis se incorpora ao ato unificado com o funcionalismo e movimentos sociais, na avenida Paulista, em defesa dos direitos sociais e do emprego. Fórum das Seis se reúne para negociar com o Cruesp. Reitores oferecem reajuste de 3,37%, mas rejeitam a parcela fixa.

25/05 Assembleia da Adusp aprova manutenção da greve por unanimidade. Natália Guerrero, Daniela Alareon e José Calixto, estudantes que participam da ocupação da Reitoria, publicam artigo na *FSP*.

28/05 Assembleia Legislativa aprova o PLC 30, que cria a SPPrev. Estudantes negociam com o secretário Luis Antonio Marrey, da Justiça. Fórum das Seis também participou das conversações, a pedido dos estudantes.

29/05 Assembleia da Adusp aprova continuidade da greve.

30/05 O governador finalmente recua e assina o Decreto Declaratório nº 1, alterando parte dos decretos baixados no início de seu mandato.

31/05 Professores, funcionários e estudantes da USP, Unesp e Unicamp realizam um ato de rua, pela derrubada dos decretos e por mais verbas para a educação. A manifestação, que se dirigia ao Palácio dos Bandeirantes, é barrada pela tropa de choque da Polícia Militar no início da subida da Av. Morumbi.

1º/06 Assembleia da Adusp aprova continuidade da greve. Em nova reunião entre Fórum das Seis e Cruesp, reitores mantêm proposta de reajuste de 3,37%.

04/06 Assembleia da Adusp delibera indicativo de suspensão da greve, a ser analisado pelo Fórum das Seis.

06/06 Assembleia da Adusp, cuja pauta única foi Estatuinte, declara: “A Assembleia da Adusp de 06/6/07 entende que, para haver uma reforma estatutária legítima, é necessário que se constitua uma Assembleia Estatuinte soberana e democrática com essa finalidade específica e que se dissolva uma vez finalizados os trabalhos.” Em negociação, o Cruesp reafirma reajuste de 3,37%.

11/06 Assembleia da Adusp delibera retomada das aulas a partir do dia seguinte, manutenção de assembleia permanente e continuidade da luta.

19/06 Assembleia da Adusp delibera sobre a Estatuinte: constituição de uma Comissão Paritária formada por estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores – todos indicados por assembleias de suas categorias – para amadurecer a discussão sobre o processo de Estatuinte, com ampla divulgação nas unidades e campi, e a possibilidade de organização do V Congresso da USP, tendo como pauta única a Estatuinte, no qual seriam definidas as diretrizes do novo Estatuto; encaminhar ao Conselho Universitário a proposta de que a reformulação estatutária seja feita por uma Assembleia Estatuinte – convocada exclusivamente para esse fim – e constituída por estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores, eleitos em cada unidade de modo proporcional.